

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVII
VOLUME 27
(JUL-DEZ)
2017
P. 193-209.

LEITURA E CENSURA NA SERRA GAÚCHA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O JORNAL *CORREIO RIOGRANDENSE* (1940-1950)

João Claudio Arendtⁱ
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Leticia Limaⁱⁱ
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Roberto Rossi Menegottoⁱⁱⁱ
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

RESUMO

No presente artigo, aborda-se a censura praticada pelo jornal *Correio Riograndense*, de Caxias do Sul, RS, a autores, livros e outras publicações. Para tal, primeiro realiza-se uma breve explanação sobre as variadas formas de repressão à leitura perpetuadas ao longo da história ocidental. Em seguida, efetua-se um relato sobre a criação e a linha editorial do *Correio Riograndense* e sua vinculação à Ordem dos Capuchinhos. Após, examina-se a atuação desse jornal - nas décadas de 1940 e 1950 - na coibição de leituras consideradas prejudiciais à manutenção dos valores da fé, da família e dos bons costumes. Por fim, a análise acerca-se do romance de Zulmiro Lino Lermen, *A missa negra*, que foi censurado e teve seus exemplares retirados das livrarias e queimados por ordem do Arcebispo de Porto Alegre.

Palavras-chave: Censura; Caxias do Sul; imprensa; *Correio Riograndense*; *A missa negra*.

ABSTRACT

In this article, we discuss the censorship practiced by the newspaper *Correio Riograndense*, from Caxias do Sul, RS, to authors, books and other types of publications. At first, we explain the various kinds of repression to the act of reading perpetuated throughout occidental history. After that, we discuss the creation of *Correio Riograndense* and its connection to the Capuchinhos Order. Then, we examine its attempt - in the 1940's and the 1950's - to forbid any type of reading considered harmful to the maintenance of values like faith, family and morality. At last, we analyze Zulmiro Lino Lermen's novel *A missa negra*, that was censored, had its editions removed from bookstores and burned by order of the Archbishop of Porto Alegre.

Keywords: Censorship; Caxias do Sul; press; *Correio Riograndense*; *A missa negra*.

A censura de livros na história do Ocidente

“Onde queimam livros, acabam queimando seres humanos”, escreveu o poeta alemão Heinrich Heine, no século XIX. Ao longo da história, a infeliz autenticidade dessa afirmação foi confirmada em inúmeras épocas e lugares, como é o caso, por exemplo, dos países diretamente atingidos pelas grandes guerras, em que milhões de volumes foram destruídos nos ataques que deitaram ao chão incontáveis bibliotecas, editoras e livrarias.^{iv} Curiosamente – mas não por acaso –, a censura contra o livre pensamento caminha *pari passu* com a trajetória da escrita, apagando descobertas antigas e, conseqüentemente, comprometendo o avanço da humanidade.

Datar com precisão o surgimento da censura não é tarefa das mais fáceis. Entretanto, verdade é que, no que diz respeito à escrita, desde as civilizações mais antigas, em que há registros de circulação por meio dessa técnica, têm-se, também, relatos de censura. Nesse sentido, declara Steven Roger Fischer (2006) que, ainda na Mesopotâmia, os casos de censura eram frequentes, envolvendo, sobretudo, o apagamento do que havia sido escrito em monumentos públicos e paredes de templos e palácios, a fim de fazer desaparecer a memória erudita. Além disso, ainda de acordo com o autor, os textos podiam ser alterados de forma

direta (riscados e reescritos) ou indireta (com a edição de um texto totalmente novo).

A perseguição ao conhecimento, muitas vezes, apareceu acompanhada pela destruição de livros e, corriqueiramente, pela punição daqueles que os escreviam, liam, publicavam ou comercializavam. Durante toda a Antiguidade, os governantes tirânicos que não conseguiam evitar que se aprendesse a ler e escrever, a fim de atingirem seus inimigos, acabavam atacando os próprios livros. É surpreendente, aliás, constatar que, entre os casos mais famosos de censura à escrita e de destruição de obras, muitos tenham ocorrido na civilização conhecida como o berço do conhecimento filosófico: a Grécia Antiga.^v

Com o surgimento de novas técnicas de 194 registrar a escrita, especialmente a publicação das obras impressas em papel, os governantes perceberam a necessidade de aprimorar sua atividade na organização da distribuição de livros, se quisessem manter o controle da ordem pública. Assim, como exemplo, podemos tomar a Inquisição Espanhola, de 1478, que provocou o enfraquecimento do movimento intelectual em toda a Espanha pela rigorosa censura durante um período de quase 400 anos pelo qual vigorou essa forma de repressão, a qual foi corroborada pela criação de um decreto pelo rei e rainha espanhóis de que nenhum livro poderia ser impresso sem a autorização real.^{vi}

Sabe-se que, desde seus primórdios, a Igreja Católica teve a censura aferrada à sua

tradição. Durante o Período Medieval, quando alcançou o centro do poder, ela atingiu, a partir da institucionalização de atos censórios, um controle de grandes proporções, capaz de perdurar pelos séculos seguintes. E foi justamente nesse contexto, mais precisamente em 1559, que a Sacra Congregação da Inquisição Romana^{vii} publicou a primeira versão do *Index Librorum Prohibitorum*: lista de títulos considerados ofensivos à fé – cuja posse, nas palavras de Fischer (2006, p. 203), “resultaria na censura, ou algo pior” –, que veio a vigorar nos países católicos, “às vezes forçando os autores ao exílio, mas também, inadvertidamente, transferindo a publicação de títulos proibidos para centros protestantes” (FISCHER, 2006, p. 203). E é justo, neste ponto, lembrar que, não obstante inúmeros volumes tenham sido jogados às chamas durante a Inquisição – mesmo porque o *Index* foi suspenso apenas em 1966 –,

em geral, a censura tomava medidas mais convencionais: proibição, restrição, reedição, cortes e repreensão pública, entre outras [...]. A ameaça não estava no livro em si, como objeto, mas nas ideias nele defendidas. Um livro não representava perigo, mas, sim, um novo pensamento. A censura bem-sucedida costumava se dar apenas pela mera proibição de uma doutrina duvidosa e suspensão ou substituição de qualquer mestre que a divulgasse (FISCHER, 2006, p. 158).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que, embora – e talvez justamente por isso – quase sempre entabulada pela Igreja, a censura nunca

se limitou apenas às obras tidas como contrárias aos ideais da moral cristã. Ela atingiu, também, especialmente a partir do século XX, os textos de cunho político, a exemplo, conforme mencionado anteriormente, dos milhares de títulos destruídos durante as grandes guerras por conta de questões ideológicas – principalmente sob o arbítrio do poder nazista que, inclusive, anos antes do início da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 10 de maio de 1933, apenas três meses após Adolf Hitler assumir o posto de primeiro-ministro do Reich alemão, queimou mais de vinte mil livros em Berlim (FISCHER, 2006).

De acordo com André Belo (2008), muitas são as estratégias utilizadas para 195
condicionar, controlar ou reprimir os leitores e as leituras. Isso porque:

[...] os poderes, fossem eles civis ou eclesiásticos, senhoriais ou coloniais, monárquicos ou republicanos, revolucionários ou contra-revolucionários, paroquiais ou familiares, sempre tiveram consciência de que a relação do leitor com o texto tinha qualquer coisa de incontrolável e sempre defenderam a ideia de que existem boas e más leituras, boas e más interpretações dos textos, dos livros, das imagens, dos discursos, do teatro, dos filmes. Todas as atitudes de censura dos poderes manifestam a vontade de impedir ou enquadrar a leitura e, como tal, podem transformar-se numa fonte para a sua história, tanto mais que são as administrações que controlam o texto escrito que deixam mais registros escritos da sua atividade (BELO, 2008, p. 55-56).

Ainda consoante o historiador, sendo a leitura uma prática socialmente enraizada, seu controle não apresenta apenas esse componente repressivo e proibitório, mas se manifesta, também, tanto por intermédio de mecanismos de mediação da leitura – por exemplo, a prática da leitura acompanhada –, quanto pela proibição da tradução dos escritos bíblicos, a fim de limitar o número de pessoas aptas a sua leitura direta,^{viii} passando pela edição de catecismos, livros de salmos, resumos dos textos bíblicos, até a utilização de imagens e da oralidade como contribuição ao reconhecimento das mensagens e personagens bíblicas. Nesse sentido, Belo afirma que a leitura:

[...] era mediada por um intérprete considerado mais qualificado, o sacerdote. Assim, a leitura da doutrina religiosa não era igual para todos: indireta e coletiva para quem ouvia ler, ela era mediada por um leitor que tinha um acesso direto, individual e mais frequente ao texto. (BELO, 2008, p. 57).

Com isso, quer-se atentar para o fato de que, ao longo de toda a história, regimes ditatoriais, sejam eles religiosos ou políticos, sempre disseminaram a ideia de que a restrição da leitura e, em casos extremos, a destruição dos próprios livros fariam com que aqueles se tornassem mais poderosos, como se, por meio da anulação da história, pudessem criar um novo destino.

Tendo esses breves dados históricos em vista, os quais dão uma ideia aproximada da censura e da queima de livros no mundo ocidental, o foco volta-se agora à imprensa de Caxias do Sul, especialmente para um jornal que ao longo do século XX assumiu a tarefa de censurar leituras e obras de diferentes gêneros, banir autores e aplaudir a destruição de livros: trata-se do jornal *Correio Riograndense*, vinculado à Ordem dos Capuchinhos, do qual recortaram-se as décadas de 1940 e 1950 para análise neste artigo.

A imprensa na Serra Gaúcha e o jornal *Correio Riograndense*

196

Após o início da colonização italiana na encosta nordeste do Rio Grande do Sul, em 1875, que resultou na ocupação de terras públicas e na rápida criação de colônias agrícolas, o governo brasileiro procurou difundir informações sobre a política e a economia nacionais entre a população imigrada. O propósito era tanto evitar que os imigrantes permanecessem isolados em meio à floresta de araucárias no alto da Serra Gaúcha, quanto incentivar sua integração à vida nacional.

De um modo geral, sabe-se que era comum o desejo dos colonos de receberem notícias da pátria deixada na Europa e, posteriormente, também do Brasil. Com isso, não demorou para que surgisse a imprensa

escrita em Caxias do Sul. De acordo com Kenia Pozenato e Loraine Giron:

Desde o início do povoamento da região, os imigrantes interessaram-se em se manter informados sobre o que acontecia na Itália e, conseqüentemente, o que se passava com os familiares que lá permaneceram. [...] Com o correr do tempo, os imigrantes passaram a interessar-se por notícias também do Brasil, sua nova pátria, e de amigos e parentes que também viviam nesta terra, mas em lugares diferentes. Isso provocou a necessidade do surgimento de jornais locais (POZENATO; GIRON, 2004, p. 20).

Em 1897, a população da Região de Colonização Italiana (RCI) ultrapassava 80 mil habitantes, com vários distritos emancipados e transformados em municípios, fato que, aliado à existência de um bom número de possíveis leitores, viabilizou a fundação da imprensa regional. O primeiro jornal de Caxias do Sul, *O Caxiense*, começou a circular a partir de 15 de outubro de 1897. Dirigido por brasileiros ligados ao Partido Republicano Riograndense (PRR), de imediato causou contrariedade à Igreja Católica, que afirmava serem eles porta-vozes da Maçonaria. A resposta da igreja surgiu com a fundação do *Il Colono Italiano*, em primeiro de janeiro de 1898, data que representou “o nascimento de uma nova era para a cidade, a partir da qual os católicos imigrantes teriam vez e voz” (POZENATO; GIRON, 2004, p. 38).

O conflito entre a Igreja Católica e a política local determinou o surgimento de duas

linhas editoriais nos periódicos que circulavam na região:

- A linha editorial católica: para “fazer frente tanto à Maçonaria quanto ao positivismo que dominavam o estado” (POZENATO; GIRON, 2004, p. 85), a Igreja Católica buscou, por meio da imprensa, um espaço para alertar os fiéis contra princípios considerados subversivos;
- A linha editorial político-partidária: durante o período da República Velha (1889-1930), o governo federal destinava verbas aos jornais para a divulgação de atos oficiais e de leis. Assim, a maioria dos periódicos de cunho político era vinculada ao PRR. Após a 197 Revolução de 30, apesar do corte dessa verba por parte de Getúlio Vargas, continuaram a surgir muitos jornais de apoio ao presidente (POZENATO; GIRON, 2004).

Com o crescimento de Caxias do Sul e o sucesso daquela mídia (embora *O Caxiense* e o *Il Colono Italiano* tenham sido extintos em 1898), entre os anos de 1901 e 1913, surgiu uma série de jornais que, conforme Pozenato e Giron (2004), teve curta duração e era de propriedade, em sua maioria, de “brasileiros”, como *A Gazeta Colonial*, *A Folha*, *A Verdade* e *O Orientador*.

O Correio Riograndense e a força da Igreja

Criado por Dom Carmine Fasulo, em 13 de fevereiro de 1909, o jornal *La Libertà* corria o risco de encerrar suas atividades já em 1910. Por isso, segundo Elvo Clemente e Maura Ungaretti (1993, p. 36), “para manter os católicos na boa leitura”, as atividades do periódico foram transportadas para Garibaldi, onde passou a ser impresso com um novo nome: *Il Colono Italiano*. Essa denominação foi utilizada até 5 de junho de 1917, quando os padres da Ordem dos Capuchinhos assumiram a edição e alteraram o nome para *La Stafetta Riograndense*. Nos anos seguintes, o periódico tornou-se uma das principais publicações da encosta nordeste do Rio Grande do Sul.

Durante o período que antecedeu a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, de acordo com Pozenato e Giron (2004, p. 89):

a região colonial, que vinha sendo assimilada com relativa tranquilidade, tornou-se um foco de “italianidade”, sob o influxo das circunstâncias e da ação política italianas. O incremento das escolas italianas e dos periódicos em língua italiana foi acompanhado sem nenhuma reação aparente do governo brasileiro, que comungava das mesmas ideias nacionalistas e autoritárias de Mussolini e que era também seu sócio comercial.

Entretanto, a entrada do Brasil no conflito e o rompimento das relações políticas e comerciais com os países do Eixo, em 1942, teve implicações diretas no sistema cultural da RCI. As línguas estrangeiras e seus dialetos foram proibidos em todos os âmbitos, obrigando os

jornais a mudarem seus nomes, extinguírem seções em outros idiomas e publicarem somente em português. Dessa forma, o *La Stafetta Riograndense* passou a chamar-se *Correio Riograndense*. Mas não foi somente o nome da publicação que sofreu modificações. As alterações também atingiram sua política editorial. Conforme Pozenato e Giron:

Antes de 1941, defendia de forma ferrenha o fascismo italiano [...]. Com a entrada do Brasil na guerra de 1942, o jornal passou a defender o Estado Novo e as ações empreendidas por Vargas. As mudanças, porém, não foram tão profundas, pois continuou a defender o Estado Forte. Apenas foi mudado o nome a ser louvado: Mussolini foi substituído por Vargas.

O grande inimigo dos editores do *Correio Riograndense* desde 1922 era o comunismo, materialista e ateu. A luta contra o comunismo também era a bandeira defendida por Vargas, a partir da Intentona Comunista de 1935. As relações entre os capuchinhos e a ditadura brasileira não poderiam ser melhores. Nunca foi cortada a cota de papel-jornal destinada à publicação desse periódico (POZENATO; GIRON, 2004, p. 97).

Após o fim da guerra, o *Correio Riograndense* voltou a publicar algumas seções em italiano, visto que a maior parte de seus leitores era morador da região rural e mantinha a preferência pela língua italiana e seus dialetos. Com o aumento das vendas durante a guerra, bem como nos anos subsequentes, os padres capuchinhos iniciaram, entre os leitores do periódico, uma campanha de arrecadação de fundos para a construção de um parque gráfico em Caxias do Sul. Para Pozenato e Giron (2004,

p. 97), a cidade de “Garibaldi tornara-se pequena para as novas proporções do jornal.”

Com o passar dos anos, o *Correio Riograndense* mudou graficamente e modernizou-se, sem esquecer de suas raízes religiosas e de sua inserção na zona rural. Em 8 de fevereiro de 2017, prestes a completar 108 anos desde a primeira edição do *La Libertà*, ocorreu mais uma grande mudança: o *Correio Riograndense* encerrou a versão impressa do periódico, optando por permanecer somente no ambiente virtual. Apesar da mudança radical, a essência católica e rural permaneceu, mais uma vez, inalterada.

A censura de periódicos

A censura a livros no mundo ocidental, abordada na primeira parte deste artigo, também teve seus dias de glória no *Correio Riograndense*. Seja por motivações religiosas ou políticas, inúmeros textos de natureza literária e paraliterária estiveram na mira dos editores do jornal, sob a alegação de que poderiam perverter a moral, os bons costumes e a religião de jovens e adultos. Um olhar mais amplo mostra que até músicas, filmes, periódicos noticiosos, revistas de generalidades, histórias em quadrinhos e peças de teatro tiveram seu consumo proibido pelos guardiões da família e da fé, em detrimento de outros materiais considerados saudáveis.

Nesse sentido, há que se considerar aqui que a censura a veículos de conhecimento, informação e entretenimento tem impacto sobre a formação do repertório dos leitores, cujo desempenho social, cultural e intelectual também é diretamente afetado. Não se trata, portanto, de simples ação sobre a materialidade da escrita, mas de algo muito mais profundo, difícil de mensurar e com consequências de longo prazo. Um exemplo disso pode ser buscado no Brasil Colônia, que durante três séculos teve a publicação de livros e jornais proibida pela corte portuguesa, fato que impediu e retardou a formação de um sistema literário no Brasil, como nos mostra Antonio Candido em sua *Formação da literatura brasileira*. 199

Em razão de o material de análise ser abundante, o foco deste artigo recairá apenas sobre algumas páginas do jornal selecionado, com o objetivo de dar uma amostra tanto do conteúdo censurado, quanto do que era permitido para leitura. É interessante considerar, ainda, que o olhar dos censores estava voltado não só ao contexto regional e nacional, mas também ao mundial. Destacam-se, nesse sentido, notícias sobre proibições e destruição de materiais nocivos também em outros países.

Destacando-se por sua campanha pela moralização da imprensa e assumindo o lema de Leão XIII - “Imprensa contra imprensa: contra a má imprensa só a boa imprensa” -, no dia 03 de agosto de 1949, o *Correio* estampou na sua capa

uma lista de jornais, revistas e casas editoriais “muito suspeitos e cuja leitura é proibida aos fiéis”. Fornecida pelo Secretariado Nacional da Defesa da Fé e Moral, nela são elencados

editoras e periódicos protestantes, espíritas (teosofistas e maçons) e indecentes. No quadro a seguir, procuramos agrupar os títulos proibidos pelo jornal:

Revistas e jornais protestantes	<i>Atalaia; Bentevi (infantil); Brado de Guerra; Cruz de Malta; Cooperador Cristão; Consolação; Cultura Cristã; Círculo de Oração; Católico livre; Despertar; Exposito Cristão; Estudante Cristão; Mensageiro da Paz; Mundo Cristão; Mensagem; Norte Cristão; Norte Evangélico; O Cristão; Pátria; Para Cristo; Puritano; Revista Adventista; Rio Doce Evangélico; Restaurador; Samaritano; Seara; Sentinela; Unitas; Unum Corpus; Voz Missionária; Voz de Evangelho; Voz do Norte; Vida e Saúde; Revista da ACF.</i>
Editoras protestantes	Casa Publicadora Brasileira (Santo Amaro - SP); Cruzada Nacional de Educação; Editora Missionária ASD Movimento de Reforma (SP).
Editoras suspeitas	Calvino (RJ); Vitorir (RJ); Edições Horizonte.
Revistas e jornais espíritas - Teosofistas e Maçons	<i>Aurora; Centelha; Evolução; Fraternidade; Farol; Jornal do Templo; O nosso Guia; O Pensamento; O Poder; O Revelador; Samaritano; Semeador; O Templo; Almanaque do Pensamento.</i>
Editoras espíritas	F. E. B. (Federação Espírita do Brasil - RJ); Centro Esotérico da Comunhão do Pensamento (SP).
Revistas e Jornais indecentes	<i>O Riso; Sorriso; Polícia; Grande Hotel; O Governador; Bom Humor; Marmita.</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

Além de informar os leitores que a lista ainda não estava completa, o jornal diz ter a obrigação de “pela santa fé e pela lei natural combater leituras más, indecentes e irreligiosas” produzidas pela “grande propriedade estatal, tão do gosto dos socialistas”. É interessante observar o tom belicoso assumido pelo periódico ao

exclamar, em caixa alta, “GUERRA ÀS REVISTAS E AOS JORNAIS ÍMPIOS!”.

Em 12 de julho de 1950, o *Correio Riograndense* publicou na sua folha de rosto, ao lado de uma “Bênção da campanha da boa imprensa”, assinada por Pio XII, uma nota intitulada “Revistas que alimentam e revistas que

envenenam”, voltadas para o público infantil. Entre as condenadas, constam *O lobinho*, *Os três valentes*, *O guri Shasam*, *Herói*, *Seleções Coloridas*, *O globo juvenil*, *Biriba*, *Cômico*, *Al mocinho*, *Superman* e *Edição maravilhosa*. Na contrapartida, as revistas recomendadas são *Bandeirantes*, *Vida juvenil*, *Jornalzinho*, *Estrela*, *Despertar*, *Vida infantil*, *Era uma vez* e *Tiquinho*.

O controle do que seria apropriado ou condenável aos infantes constituiria tarefa reservada à família, conforme se lê ao final da listagem: “Os pais e educadores é que devem exercer vigilância contínua para que as crianças sempre tenham revistas boas e aproveitáveis em suas mãos, nunca as venenosas”. Já a escolha dos materiais feita pelo periódico parece ter como fundamento apenas os princípios da vertente católica e não do Cristianismo como um todo, posto que nesta mesma página lê-se uma crítica ao protestantismo como doutrina cristã^{ix}.

Essa conjectura reforça-se quando na “Bênção da campanha da boa imprensa”, o mesmo pontífice conclama:

Desejamos que todos os católicos compreendam a urgente necessidade de uma imprensa solidamente católica para que todos sintam o desejo de cooperar em sua difusão e todos gozem da recompensa divina pelos serviços prestados por esta causa tão intimamente ligada à salvação moral e espiritual da sociedade.

De coração abençoamos:

[...] A todos os que procuram difundir a imprensa católica entre seus semelhantes. A todos os que despertam a sensibilidade

moral dos que não vêem o perigo que representa a imprensa neutra e anti-cristã. A todos os que estimulam as pessoas de boa vontade e especialmente a juventude para que leiam os jornais católicos.

Além, portanto de rogar que os fiéis defendam e pratiquem uma imprensa católica, para que a sociedade alcance a salvação moral e espiritual, o papa abençoa especialmente aqueles que estimulam a juventude a ler jornais católicos.

Nessa mesma perspectiva, em 02 de novembro de 1955, o *Correio Riograndense* estampou uma manchete intitulada “Ação enérgica do juizado de menores no combate às publicações obscenas”, alinhando-se com uma ação da sociedade civil: a portaria nº17.55, assinada pelo juiz de menores César Dias Filho, que, em pronunciamento, defendeu a “enérgica cruzada no sentido de pôr 201 cobro, de uma vez por todas às publicações consideradas imorais”. O periódico aplaudia, assim, a luta contra “a corrupção infiltrada em literatura vulgar”, que destilava sua “peçonha maculando a cândida alegria de nossa adolescência”. No texto da portaria, declaram-se “proibidas para os fins legais a impressão, a exposição e a venda das seguintes revistas”: *Caricatura*; *O riso*; *Reportagem Proibida*; *Riso-sualidade*; *Conselhos sexuais*; *Vamos rir*; *Ciência de sensualidade*; *Fotografias artísticas*; *O governador*; *Só... rindo* e *Naturalismo*.

A censura de livros e autores

Outro fato que igualmente chama a atenção no *Correio Riograndense* é a sua campanha contra o livros e autores que os

editores do periódico julgavam perniciosos aos leitores católicos. Nas décadas de 1940 e 1950, o jornal fez ampla difamação do escritor Monteiro Lobato, especialmente da sua obra destinada ao público infantil. Em 03 de setembro de 1949, são publicadas as seguintes notas: “Cabe à Imprensa Católica alertar os ingênuos contra o perigo que representa o grande literato, mas bem pouco educador Monteiro Lobato”; e “Nenhum educador (educador na expressão do termo), pode em sã consciência enfileirar os livros de Lobato ao lado dos que na verdade instruem e educam as crianças” (CORREIO RIOGRANDENSE, 09/03/1949, p. 1).

De acordo com Tâmara Abreu, Lobato teve a circulação de suas obras prejudicada durante toda a Era Vargas (1930-1945). Antes mesmo da criação do Estado Novo (1937), o Ministério da Educação e Saúde Pública, por meio de portaria expedida em 29 de abril de 1936, criou a Comissão de Literatura Infantil (CLI), que tinha como propósito organizar e controlar a circulação da literatura infantil em território nacional. É nesse contexto que, segundo Abreu, o autor foi “alvo de difamação e graves acusações em jornais católicos dos anos 1930” (2014, p.128) e teve obras, como *História do mundo para as Crianças* (1933), proibidas em escolas e queimadas em praças públicas.

Dentre inúmeros outros exemplos passíveis de análise, em 05 de abril de 1950, o *Correio Riograndense* publicou a seguinte nota,

na qual o editor parte de uma declaração de Lobato a um repórter da Record para julgar o conjunto da sua obra:

É preciso que todos os brasileiros saibam como o próprio Lobato apreciava os livros por êle escritos. E são várias dezenas!

Em 1946, perguntando-lhe um repórter da rádio Record de São Paulo, “qual o livro que o sr. escreveu que lhe é mais querido, que mais aprecia, que mais lhe toca o coração?”

Monteiro Lobato respondeu: - “O livro meu que mais me toca o coração? Bom! O livro meu que me é mais querido e que me toca mais ao coração é aquele que me deu mais dinheiro”. E concluiu: “E se dissesse outra coisa, seria mentiroso e não falaria a verdade”.

Está aí todo o valor da literatura Lobatesca!...

(CORREIO RIOGRANDENSE, 05/04/1950, p. 4).

Para o jornal, a despeito de a obra de Lobato ter ou não qualidade literária, ele a ataca sob a perspectiva do valor material. Embora nos anos 1940-1950 muitos jornais da Serra Gaúcha já tivessem espaço para a crítica literária em suas páginas, o *Correio Riograndense* não se dedicava à avaliação estética de textos literários. Defensor da moral, dos costumes e da fé católica, o jornal atacava, difamava e censurava tudo o que, porventura, representasse perigo para os seus valores e para o que denominava como “boa imprensa”.

Outro caso digno de nota é o do escritor paulista Ribeiro Couto. Em 24 de março de 1943, sob o título “Livros que não se devem ler”, o jornal ataca duas obras do autor: *Presença de*

Santa Teresinha (1934) e *Largo da Matriz e outras histórias* (1940):

Sob o nome de Santa Teresinha o autor, insidiosamente, destila o veneno corruptor. O enredo do livro é malicioso. Os títulos dos capítulos são equívocos. O autor deve ser um miserável escravo da voluptuosidade. Despreza os santos em geral, e é injurioso e depreciativo, particularmente, para Santa Teresinha. Há também, no livro, expressões injuriosas acerca do Papa e dos Ministros de Deus. Em conclusão; o livro é muito prejudicial à juventude. É proibido ler esse livro.

Igualmente, o livro *Largo da Matriz e outras histórias* do mesmo autor, é prejudicial e proibido. Contém reticências e expressões equívocas e provocantes. As descrições e quadros são frívolos e refletem puro materialismo e sensualismo. Conclusão: com a leitura deste livro, a juventude, moralmente, só tem a perder. Não é lícito guardar e ler este livro. E cuidado, também, com os outros livros do mesmo autor! (*Correio Riograndense*, 24/03/1943, p. 2)

São apontados no excerto, de forma superficial, argumentos como enredo malicioso, títulos de capítulos equivocados, reticências, expressões equívocas e provocantes, bem como descrições e quadros frívolos, materialistas e sensualistas, os quais se intercalam a juízos de valor sobre o autor, tais como insidioso, miserável escravo da voluptuosidade, injurioso e depreciativo, e inimigo do papa e seus ministros. A proibição da posse e da leitura das referidas obras teria como propósito salvaguardar moralmente os jovens do “veneno corruptor”. Ao mesmo tempo, há uma advertência em relação a outras obras de Ribeiro Couto, com as quais os leitores deveriam “tomar cuidado”.

O gaúcho Erico Verissimo também não escapou à proscrição do *Correio Riograndense*. Em 5 de maio de 1943, o jornal aplaudiu o artigo publicado na revista colegial *Eco*, de Porto Porto Alegre, pelo padre jesuíta Leonardo Fritzen, censurando a obra *O resto é silêncio* (1943), em função do seu conteúdo imoral.

O Revmo. Padre, fiel cumpridor de sua missão de sacerdote e de professor, cheio de zelo e de patriotismo, apontou o perigo, mostrou o veneno, deu voz de alerta à juventude brasileira, mostrando a indignidade e o rebaixamento de tanta literatura nojenta, que está corroendo a todos os católicos, acanalhando a sociedade e dissolvendo o caráter nacional. (*Correio Riograndense*, 05/05/1943, p. 2)

As consequências da crítica do padre **203** Fritzen são noticiadas pelo mesmo jornal em 14 de fevereiro de 1945. Erico, após ter movido uma “queixa crime” contra o sacerdote, fora condenado a pagar todas as custas do processo depois de ter sua denúncia julgada inepta por não satisfazer os requisitos da lei. Em contrapartida, o reverendo, segundo jornal, teria agido conforme as orientações do governo federal e sua portaria nº 114, de 29 de janeiro de 1933, segundo a qual o escritor incidira, com sua obra, no delito de “ofensa pública ao pudor”. Após elogiar a atitude de Fritzen, o periódico ovaciona todos os defensores da moral, da nação e da fé católica, esperando que outros se inspirassem no fato para destruir a “literatice imunda, desdouro

de quem a escreve e ruína da juventude brasileira que a lê. PALMAS e APLAUSOS [...]”.

Ainda em 1943, outra nota chama a atenção. Em 08 de dezembro, sob o título “Testamento de uma jovem antes de morrer”, o jornal transcreveu uma passagem de um suposto testamento, cuja autora entregava o seu corpo à lama, ao passo que a alma, os livros que arruinaram sua vida e a família que permitiu a leitura, ela os entregava ao demônio. Para o jornal, esse testamento deveria ser afixado à porta de livrarias “vendedoras de livros e publicações, que procuram a ruína e a perdição para tantas almas”. (08 dez. 1943, p.1).

Já em 21 de dezembro de 1949, o *Correio* publicou um “Toque de reunir”, informando que no dia 11 do mesmo mês havia-se instalado a Legião da Decência na capital do país, “com a presença das mais altas autoridades da nação”, cujo objetivo seria combater o mal, a imoralidade e a indecência, para salvar os costumes, a moral e a família brasileira. Sob a liderança do cardeal Dom Jayme Câmara, a legião da decência devia pugnar contra o “mau cinema”, “o mau livro, o mau jornal, a revista má”, “o mau teatro” e “os maus costumes”. Assinado por Pimentinha, o toque de reunir, entre outras declarações do mesmo teor, afirmava: “Tremam os abrutalhados ou apodrecidos nos mais degradantes vícios. Não devem mais aparecer às escâncaras. A dedo

serão apontados, se necessário, mas queremos que se salve a família brasileira”.

A missa negra, um romance serrano queimado

Embora não se tenha localizado, até o momento atual da pesquisa, nenhuma notícia no *Correio Riograndense* sobre o livro *A missa negra* (1948), do escritor caxiense Zulmiro Lino Lermen, sabe-se, por outras fontes, que ele também foi censurado pelos religiosos por sua suposta afronta aos princípios católicos. A obra em questão é um romance esotérico que desenvolve, em uma trama bastante complexa, a narrativa acerca da possessão demoníaca de uma jovem na região colonial serrana. Dividida em 204 quatorze capítulos, ela aborda, para além do tema central, questões sobrenaturais, de modo a construir, a partir da ligação de fatos intrínsecos à jornada particular das personagens – principais ou secundárias –, a solução para o quadro enfermo da jovem Mala. Na nota ao leitor, lê-se a seguinte advertência:

Modéstia total perante o imenso Além!
Sorriso à Morte libertadora da alma para a inereada Luz!
Sentimentos e emoções muitas, vida triunfante da Sombra Grande da Morte!...
Mas, se por experiência real, és conhecedor ou conhecedora de algo em a vida na treva, na fome, em a nudez, sem espiritualismo eternizador, preocupa-me no presente volume o julgamento teu... e se te indagarem acerca do livro, responde: - Esqueci! – (LERMEN, 1948, p. 4).

O capítulo zero, sob o título “Uma sombra”, destina-se a uma breve descrição acerca das raízes da força sobrenatural da “grande Sombra”, que desde os primórdios da criação do mundo assolaria a humanidade. Na sequência, é apresentado o estado enfermo de Mala e os primeiros contatos com o psiquiatra Mato Matas. Ainda neste capítulo, surge a desconfiança do médico em relação ao estudante Boia, a cobra, que se hospedava na casa da família de Mala durante as férias de verão.

Nos capítulos subsequentes, Boia, incumbido da missão de ajudar a solucionar o caso de Mala e desconfiado do psiquiatra, percorre a região gaúcha dos Campos de Cima da Serra, encontrando-se com personagens que, mais tarde viria a saber, eram também vítimas da ação de duas personagens centrais de uma seita satânica, a saber, o conhecido Mato Matas e o hipnotizador Teufelson. No desenrolar do enredo, Boia junta-se a Pirá-Angá, o Peixe espírito, Pirá-Pixuna, o Peixe Negro, e Pirá Tinga, o Peixe Branco, na tentativa de desvendar o mistério da doença de Mala.

Baseado nas hipóteses de Pirá-Angá, Boia fica encarregado de ir a São Paulo e empregar-se na casa de Teufelson, com o objetivo de pôr fim à seita, da qual comungam o hipnotizador e o psiquiatra. No período em que esteve junto a Teufelson, fez-se passar por hipnotizado e, por isso, escolhido para ser o ajudante mais próximo do mestre. Apresentado,

em um banquete, aos participantes da irmandade satânica, é designado para desonrar e sacrificar publicamente a esposa de um dos participantes da seita, no ritual da Missa Negra. Por fim, no dia agendado para o ritual, Boia, tendo comunicado à polícia os acontecimentos que envolviam a realização do culto, invade o templo acompanhado por agentes e detém os membros da seita.

O nono capítulo, “A vingança de Satan”, narra flashes da vida de algumas personagens que, coagidas pelo poder de hipnose de Teufelson, juntaram-se à irmandade. A partir dessa parte da narrativa, informações antes soltas no enredo passam a se encaixar ao tema principal, encaminhando o desfecho da história. 205

A fim de concluir o mistério da identidade do representante de Satan, que o Peixe Espírito acredita ser Mato Matas, os capítulos décimo, décimo primeiro e décimo segundo destinam-se à narrativa das ações de Boia, Pirá-Angá, Pirá-Pixuna e Pirá Tinga, na tentativa de pôr fim também às atividades do psiquiatra, que acaba sendo assassinado em São Paulo, após confirmadas as suspeitas sobre sua relação com a seita macabra. Parte do capítulo doze ainda é reservada à resolução do mistério acerca da enfermidade de Mala que, após receber a visita de Pirá-Angá, dá fim ao seu mal. O desfecho do romance, no décimo terceiro capítulo, intitulado “Luz na treva”, apresenta a jovem Mala restabelecida de suas faculdades

físicas e mentais, livre das forças que outrora fizeram-na sucumbir às neuroses e à autopunição, ficando, assim, apta a dar um novo rumo a sua vida.

Em entrevista a Liliana Alberti Henrichs e Juventino Dal Bó, em 24 de outubro de 1983^x, Lermen afirma que *A missa negra* foi o seu romance de maior sucesso, o qual teria, na sua opinião, inspirado o norte-americano William Peter Blatty a escrever, em 1973, *O exorcista*: “Foi sucesso e, inclusive, filmado. O meu, lamentavelmente, foi, foi tirado das livrarias e queimado, né?”^{xi} As razões para a destruição dos exemplares do romance teriam sido “pequenas divergências entre Maçonaria e Espiritismo. [...] eles se impressionaram, o clérigo (sic), devido à palavra missa, porque para eles missa é uma palavra sagrada, só usada pela igreja, quando na realidade missa é uma palavra grega que significa sacrifício”.

Intimado pelo arcebispo de Porto Alegre para dar explicações sobre o conteúdo da obra e sua conduta como católico, Lermen foi aconselhado a recolher os exemplares à venda nas livrarias. “E foi naquela época que passei pra recolher da Livraria do Globo, um cidadão me abraçou e disse que continuasse a ser escritor. E ele disse: ‘Olha, eu estou escrevendo, vou para os estados Unidos’. [...] Eu disse: ‘Como é seu nome?’ - ‘Erico Verissimo! E o senhor?’ - ‘Zulmiro Lermen’. - ‘Continua, vamos escrever.’”

O episódio envolvendo o livro de Lermen é exemplar nesse contexto de censura imposto pela igreja católica no Brasil e, em especial, na Serra Gaúcha, pois se tratava de um cidadão declaradamente católico (“Pediram: ‘O senhor é católico’? Digo: ‘Sou!’”) que mantinha uma rede de relações sociais bastante sólida dentro da comunidade caxiense, por atuar como psiquiatra e professor, e cujo pai, vinculado indiretamente à Maçonaria, era um empreendedor bem-sucedido (“Ele era maçom no sentido de auxílio, de auxiliar famílias. Ele tinha muitos empregados”).

Hoje, a busca por exemplares do romance em bibliotecas e livrarias mostra que ele se transformou em obra rara. Durante a pesquisa para a elaboração deste artigo, foram localizados **206** apenas quatro: três estão na Biblioteca Pública Dr. Demétrio Niederauer^{xii}, em Caxias do Sul, e um quarto encontra-se à venda na internet pelo preço de R\$ 4.000,00^{xiii}. Esses dados vão ao encontro da afirmação do autor sobre o paradeiro da sua obra, na entrevista de 1983: “havia um exemplar aqui, havia um exemplar que depois desapareceu, né?”.

Considerações finais

A análise aqui efetuada sobre a censura impetrada pelo jornal *Correio Riograndense* a obras, editoras, autores e periódicos deixa entrever, por exemplo, que a postura assumida por esse periódico de circulação regional não se

encontrava isolada dos acontecimentos nacionais, já que o governo federal, por meio de decretos e portarias, igualmente procurava controlar e moralizar a cultura artística brasileira. Nesse sentido, a censura e a biblioclastia não se restringem a uma iniciativa isolada da igreja católica brasileira ou à Ordem dos Capuchinhos da Serra Gaúcha. Durante todo o período de vigência do Estado Novo, milhares de obras literárias foram queimadas pelos censores sob a alegação de serem pornográficas, subversivas ou comunistas. O *Correio Riograndense*, portanto, ao se aliar à política de Vargas, utilizou a lei em favor dos seus próprios interesses, proibindo as publicações nocivas e divulgando materiais religiosos por ela produzidos.

Os efeitos da censura sobre a formação de leitores em uma comunidade regional como a de colonização italiana na Serra Gaúcha, a qual historicamente pautou seus valores sobre o tripé família, trabalho e religião, ainda estão por ser investigados com maior acuidade. Porém, a constatação de que, até a década de 1970, não existiam editoras profissionais na Serra Gaúcha e que os escritores publicavam suas obras por pequenas gráficas locais ou por editoras de Porto Alegre está, com certeza, intrinsecamente ligada ao poder reacionário exercido pela igreja contra a formação e a consolidação do sistema literário serrano.

Se a afirmação do poeta alemão Heinrich Heine, de que “onde queimam livros, acabam

queimando seres humanos”, não se efetivou no recorte temporal aqui analisado, infere-se que as ações impetradas pelo *Correio Riograndense* e sua congregação religiosa foram responsáveis pela morte de sonhos e fantasias de muitos leitores e escritores da Serra Gaúcha. E isso já é suficiente para defender a ideia de que, no atual contexto político e cultural brasileiro, os eventos aqui referidos não venham a se repetir.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Tâmara. Censura e eugenia em História do Mundo para as Crianças, de Monteiro Lobato. *INTERSEMIOSE* - Revista Digital. Ano 3, n. 06, Jul/Dez 2014, p.122-136.
- BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros:** das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Tradução Léo Schlafman. 1. reimp. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BELO, André. **História & livro e leitura.** 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CAMPOS, Arnaldo. **Breve história do livro.** Porto Alegre: Mercado Aberto; Instituto Estadual do Livro, 1994. 240 p. (Série Revisão).
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira.** 7. ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

GARDELIN, Mário. In: HENRICHS, Liliana Alberti (Org.). **Histórias da imprensa em Caxias do Sul**. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1998.

LERMEN, Zulmiro Lino. **A missa negra**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1948.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional: 1897-1997**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

ENTREVISTA

LERMEN, Zulmiro Lino. **Entrevista concedida a Liliana Alberti Henrichs e Juventino Dal Bó**: Educação - História de vida. Caxias do Sul, 24 de out. de 1983. Entrevista.

PERIÓDICOS

CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi/Caxias do Sul, RS: 1941-. Diário.

CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi/Caxias do Sul, RS: 24 de março, 1943; 05 de maio, 1943; 08 de dezembro, 1943.

CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi/Caxias do Sul, RS: 14 de fevereiro, 1945.

CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi/Caxias do Sul, RS: 09 de março, 1949; 03 de agosto, 1949; 21 de dezembro, 1949.

CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi/Caxias do Sul, RS: 05 de abril, 1950; 12 de julho, 1950.

CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi/Caxias do Sul, RS: 02 de novembro, 1955.

SITES

CENTRO DE MEMÓRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL.

Disponível

em: <

<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/>

>. Acesso em: 10 janeiro 2018.

MERCADO LIVRE. **A Missa Negra**.

Disponível em:

<[https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-](https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-820953944-livro-raro-a-missa-negra-de-zulmiro-lermen-_JM)

820953944-livro-raro-a-missa-negra-de-zulmiro-lermen-_JM>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

NOTAS

ⁱ Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Possui Estágio Pós-doutoral no Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim, com supervisão de Ligia Chiappini. Docente no Programa de PósGraduação em Letras e Cultura da UCS e do Doutorado em Letras - Associação Ampla UCS/Uniritter. Editor-chefe da revista ANTARES: Letras e Humanidades.

ⁱⁱ Graduada em Letras da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista voluntária no projeto "Para uma história da leitura e da literatura em contextos regionais".

ⁱⁱⁱ Bolsista PROSUC/CAPES no Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter. Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul.

^{iv} Vejam-se alguns exemplos: durante a Primeira Guerra Mundial, a Biblioteca de Lovaina, na Bélgica, foi

incendiada pelas tropas alemãs. Na Segunda Grande Guerra, as bibliotecas tcheco-eslovacas tiveram uma perda em volumes que se estima superior a 3.000.000; a Biblioteca Nacional da Bulgária teve o acervo inutilizado; nas bibliotecas universitárias francesas, houve 2.000.000 de volumes perdidos; a Biblioteca do Mosteiro de Monte Cassino e as de Bolonha, Milão, Nápoles e Turim, todas na Itália, foram atingidas; na Inglaterra, a barbárie nazista atingiu as bibliotecas de Liverpool, Bristol, Plymouth e Portsmouth, e a Biblioteca Universitária, além de um anexo do Museu Britânico, onde eram guardadas raras coleções de jornais, e da Biblioteca Nacional, que perdeu mais de 100.000 livros. Durante os bombardeios sobre o território alemão, bibliotecas foram drasticamente atingidas, dentre elas: as universitárias de Bonn, Breslau, Frankfurt, Giessen, Hamburg, Münster e Würzburg, assim como as nacionais de Dresden, Darmstadt, Karlsruhe, Kassel e Stuttgart. Calcula-se que quase 20.000.000 de livros desapareceram das bibliotecas científicas alemãs. Além disso, a Biblioteca Nacional da Prússia, em Berlim, perdeu 1.500.000 impressos, cerca de 6.000 incunábulos e uma média de 6.700 manuscritos. (Cf. CAMPOS, Arnaldo. *Breve história do livro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 216-219).

^v Em 411 a.C., os atenienses queimaram as obras de Pitágoras. Além disso, o imperador Augusto proibiu a circulação das obras de Galo e Ovídio. Depois dele, o imperador Calígula, furioso pelo fato de a fama dos poetas ser maior que a sua, decretou a queima de todas as cópias das obras de Homero, Virgílio e Tito Lívio. Na mesma toada, o imperador Diocleciano, devido ao temor pela ameaça à sua soberania, em 303, ordenou que fossem incinerados todos os livros cristãos.

^{vi} De acordo com Báez (2006), o rei Fernando II e a rainha Isabel I pediram permissão ao Papa para criarem um capítulo na Inquisição Espanhola, iniciando uma ferrenha perseguição aos árabes e judeus, que tiveram milhares de livros de sua literatura queimados.

^{vii} Instituição judicial da Igreja Católica Romana criada em 1232 para censurar heresias.

^{viii} “No mundo católico, mas também entre os luteranos até muito tarde, a leitura direta da *Bíblia* estava reservada a uma minoria capaz de ler em latim ou em grego. A sua tradução escrita para as línguas vernáculas, compreendidas pela maioria da população, era proibida” (BELO, 2008, p. 56, grifo original).

^{ix} “Holanda protestante ou católica? Ouve-se falar quase sempre na Holanda protestante. Hoje devemos retificar o nosso conceito neste particular. Já nas aulas primárias a maioria dos alunos são católicos. Como se explica tal fato? Os católicos não participam do mal contemporâneo de limitarem a prole. É, pois, de esperar que dentro de poucos anos a Holanda volte a religião.”

^x A entrevista original encontra-se no Banco de Memória do Museu Municipal de Caxias do Sul, identificada como FG 008 e 009. Para esta pesquisa, obtivemos uma cópia da transcrição da fita cassete (93 minutos) realizada em junho de 1994, por Sônia Storchi Fries.

^{xi} As citações sem indicação de fonte ao longo desta seção serão extraídas da entrevista.

^{xii} Nosso agradecimento especial à bibliotecária Maria Nair Sodre Monteiro da Cruz, que possibilitou o acesso ao livro para a realização desta pesquisa.

^{xiii} MERCADO LIVRE. *A Missa Negra*. Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-820953944-livro-raro-a-missa-negra-de-zulmiro-lermen-_JM>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

Recebido em: 03/01/2018.

Aprovado em: 15/01/2018.

Publicado em: 30/01/2018.